

ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 30-8-2023.

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Claudio Janta, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: o Substitutivo nº 01, de autoria de Psicóloga Tanise Sabino, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 184/23, (Processo nº 0357/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 547/23 (Processo nº 0921/23), de autoria de Gilson Padeiro. Foram apregoadas Justificativas de Falta de Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro e Moisés Maluco do Bem, no dia vinte e quatro de agosto do corrente, devido à participação em Reunião com o deputado federal Lucas Redecker em Brasília - DF. Foi apregoada Justificativa de Falta de Karen Santos dos dias cinco a sete de setembro do corrente, devido à sua participação na Reunião com representantes da Fundação Cultural Palmares – FCP – e reunião com a deputada federal Fernanda Melchionna em Brasília - DF. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Mônica Leal, no dia vinte e cinco de agosto do corrente, às dez horas e trinta minutos, com o objetivo de participar da Cerimônia Militar alusiva ao Dia do Soldado, realizado no 3º Regimento de Cavalaria de Guarda - Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Maluco do Bem, no dia vinte e cinco de agosto do corrente, às dezessete horas, com o objetivo de participar da Cerimônia de recepção do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre, realizado no Paço Municipal. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de José Freitas, no dia vinte e oito de agosto do corrente, às dezesseis horas, com o objetivo de participar da Solenidade de lançamento da Campanha de Doação de Órgãos e Tecidos "O Amor Vive", promovida pela Secretaria Estadual da Saúde, realizado no Mirage Circus em Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Ofício nº 2854/23, do Prefeito, por meio do qual informa que se ausentará do município das dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e dois até o dia vinte e três de agosto do corrente, a fim de participar como

painelista do Lançamento do Ranking de Competitividade dos Municípios 2023, na cidade de Brasília - DF. Foi apregoado o Ofício nº 2904/23, do Vice-Prefeito, por meio do qual informa que se ausentará do município das onze horas do dia dez às doze horas do dia dezessete de setembro do corrente, para participar da 40ª Conferência Mundial da IASP sobre Parques Científicos e Áreas de Inovação, a ser realizada na Cidade de Luxemburgo, em Luxemburgo. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando inclusão de matéria na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Na oportunidade, por solicitação de Hamilton Sossmeier, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ivo Augusto Seitz. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Mari Pimentel, Biga Pereira, Fernanda Barth, Conselheiro Marcelo e Jonas Reis. Comandante Nádia encaminhou pedido para elaboração de Precedente Legislativo, referente à indicação ou eleição de relatores em Comissões Parlamentares de Inquérito. Às quinze horas e vinte e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado Requerimento firmado pelo vereador João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e nove de agosto do corrente. Foi aprovado Requerimento de autoria da vereadora Comandante Nádia, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 032/21 (Processo nº 0787/21). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de José Freitas, ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/23 (Processo nº 0729/23) e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 062/22 (Proc. nº 0115/22). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Claudio Janta e Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 187/23 (Proc. nº 0363/23) e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal, de autoria de Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação de todos os projetos de autoria de Alexandre Bobadra. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/23 (Processo nº 0620/23), por trinta e dois votos SIM, tendo votado: Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pablo Melo, solicitando inclusão de matéria na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 549/23 (Processo nº 0923/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 250/22 (Processo nº 0500/22). Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de

Lei do Legislativo nº 250/22. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 250/22, por doze votos SIM e dezesseis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Claudio Janta e Aírto Ferronato, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/23 (Processo nº 0696/23), após ser discutido por Idenir Cecchim e Jonas Reis. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jonas Reis, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 224/22 (Processo nº 0435/22), após ser discutido por Mônica Leal. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 174/23 (Processo nº 0946/23), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Pablo Melo, Karen Santos, Comandante Nádia, Claudio Janta, Fran Rodrigues e Jonas Reis. Na oportunidade, por solicitação de Cláudio Conceição, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Leotany Catarina Fraga. Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 615/21 (Processo nº 1353/21). Prof. Alex Fraga solicitou a suspensão dos trabalhos da presente Sessão, para ajustes quanto à matéria a ser apreciada durante a Ordem do Dia. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e oito minutos às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 020/23 (Processo nº 0729/23). Prof. Alex Fraga solicitou votação em destaque para o artigo 3º do Projeto de Lei do Executivo nº 020/23. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e sete minutos às dezesseis horas e cinquenta minutos. Aldacir Oliboni solicitou que fosse realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Sônia Vargas Serpa. Ramiro Rosário solicitou verificação de quórum. Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, em virtude de problemas técnicos relativos à sonorização da Sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde. Passo a palavra imediatamente ao diretor Luiz Afonso, para o prego.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo justificativa de falta do Ver. Conselheiro Marcelo, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação em reunião com o deputado federal Lucas

Redecker, em Brasília, no dia 24 de agosto de 2023. (Processo SEI nº 226.00128/2023-14)

Apregoo justificativa de falta do Ver. Gilson Padeiro, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação em reunião com o deputado federal Lucas Redecker, em Brasília, no dia 24 de agosto de 2023. (Processo SEI nº 165.00170/2023-15)

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Karen Santos, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação em com representantes da Fundação Cultural Palmares – FCP e em reunião com a deputada Fernanda Melchionna, em Brasília, dos dias 5 a 7 de agosto de 2023. (Processo SEI nº 152.00168/2023-59)

Apregoo representação externa da Ver.^a Mônica Leal, que representou esta Casa na cerimônia militar alusiva ao Dia do Soldado, no 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, em Porto Alegre, no dia 25 de agosto de 2023. (Processo SEI nº 017.00005/2023-21)

Apregoo representação externa do Ver. Moisés Maluco do Bem, que representou esta Casa na cerimônia de recepção do Fogo Simbólico da Pátria, no Paço Municipal, em Porto Alegre, no dia 25 de agosto de 2023. (Processo SEI nº 017.00005/2023-21)

Apregoo representação externa do Ver. José Freitas, que representou esta Casa na Solenidade de lançamento da Campanha de Doação de Órgãos e Tecidos "O Amor Vive", promovida pela Secretaria Estadual da Saúde, no Mirage Circus, em Porto Alegre, no dia 28 de agosto de 2023. (Processo SEI nº 017.00005/2023-21)

Apregoamos Ofício nº 2.854/23, firmado pelo senhor Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa que se ausentará do Município das 16h30min do dia 22 até o dia 23 de agosto 2023, a fim de participar como painalista do lançamento do Ranking de Competitividade dos Municípios 2023, na cidade de Brasília. (SEI nº 118.00550/2023-05)

Apregoamos também Ofício nº 2854/23, firmado pelo Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa que se ausentará do Município das 11h do dia 10 até às 12h do dia 17 de setembro de 2023, para participar da 40ª Conferência Mundial da IASP, sobre parques científicos e áreas de inovação, a ser realizada na cidade de Luxemburgo, em Luxemburgo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nós temos um brinde da Center Ótica, que é para ser sorteado aqui. A sorteada é a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que, não estando presente aqui, pegará depois. O próximo sorteado aqui é o Ver. Idenir Cecchim. Peço que a Ver.^a Comandante Nádia entregue.

(Procede-se à entrega dos brindes.)

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 250/22 na priorização de votação da presente sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência, em nome do Cimepa – Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos de Porto Alegre, solicita um minuto de silêncio *in memoriam* do Sr. Ivo Augusto Seitz. O Sr. Ivo Augusto Seitz era muito conhecido dos vereadores Cláudio Conceição e Ramiro Rosário.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara, nós temos feito um esforço na Câmara de Vereadores, nós do PSOL, para que a Câmara de Vereadores cumpra sua função de órgão de fiscalização, e temos feito também um esforço para que a Câmara de Vereadores não passe vergonha nacional. Razão pela qual, entramos, no caso a Ver.^a Karen, com o projeto de revogação do dia do patriota, que foi votado pela maioria dos vereadores de três comissões, assim como esta mesma Câmara de Vereadores votou uma moção de repúdio ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, evidentemente contra também um voto do nosso partido, do PSOL. E esta mesma Câmara de Vereadores, por maioria, no dia de ontem, votou por 18 a 13, esse foi o resultado, Ver. Oliboni, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pela Ver.^a Mari Pimentel, tivesse que voltar atrás numa das decisões importantes e corajosas que a Ver.^a Mari Pimentel adotou no comando da CPI, e eu tive muito orgulho dessa sua decisão de me indicar como relator. Quando a Ver.^a Mari Pimentel decidiu me indicar como relator, ela se baseou, sim, no Regimento, tanto se baseou no Regimento, que o procurador desta Casa deu o parecer favorável a essa metodologia em que a Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de garantir uma CPI independente e que não aceitasse as pressões do governo, me indicou como relator. E a prerrogativa da indicação, sim, segundo o próprio procurador, era da Presidente da comissão, e a maioria, por 18 a 13, cassou esse direito da Ver.^a Mari Pimentel.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito, na última reunião, nós tivemos o Ver. Mauro Pinheiro, do PL, do partido do Sr. Bolsonaro, dizendo que, não, agora a Mari Pimentel, quem sabe, não teria mais ameaça de perder o seu mandato. No caso mais concreto, o Mauro Pinheiro entrou, Ver.^a Mônica, a senhora também já foi vítima disso aqui nesta Casa, com um pedido de suspensão, por dois meses, do mandato da Ver.^a Mari Pimentel, como parte da pressão para que a Ver.^a Mari Pimentel não conduza as investigações como deve conduzir, sem medo, sem aceitar pressões. Quando há instrumentos desse tipo, os objetivos são claros, é pressionar, é impedir que as

investigações ocorram. E nós, aqui na Câmara de Vereadores, estamos com duas Comissões Parlamentares de Inquérito, e são duas, porque o governo, na verdade, não quis nenhuma. Como a Mari Pimentel conseguiu as 12 assinaturas – faltava uma assinatura, a do Dr. Tiago, pastor Tiago, do seu próprio partido, finalmente ele assinou –, quando a Mari Pimentel tinha as assinaturas necessárias, o líder do governo, rapidamente, com a maioria que eles têm aqui nesta Câmara – essa mesma maioria que tem votado medidas como essas que eu tenho citado, repúdio ao Alexandre de Moraes e ao Tribunal Superior Eleitoral, maioria para constituir o tal de dia do patriota –, como eles têm essa maioria, o Ver. Cecchim conseguiu protocolar rapidamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito justamente para obstruir uma investigação sólida, comandada por quem tem independência para investigar. Tanto é assim que, na Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo Ver. Cecchim, sequer uma obrigação da CPI foi cumprida, que foi pedir, no início do depoimento da ex-secretária Janaina, que a ex-secretária Janaína jurasse estar dizendo a verdade.

Estou dizendo tudo isso por quê? Porque a última política do governo para pressionar e para tentar intimidar foi agora a interpelação judicial do prefeito Melo. O prefeito Melo fez a interpelação judicial contra mim, contra a Ver.^a Mari Pimentel e contra, inclusive, o deputado Matheus Gomes. Então, o prefeito Sebastião Melo, o mesmo prefeito que comanda sua base parlamentar na Câmara de Vereadores para obstruir o funcionamento da CPI, para impedir que a CPI funcione, para impedir que a CPI consiga as oitivas, a última do governo, a última da base do Sebastião Melo aqui, foi impedir o depoimento de duas funcionárias importantes da Secretaria de Educação, que são as duas secretárias, duas funcionárias responsáveis por boa parte das compras que foram feitas pela Secretaria de Educação, compras essas que estão sob a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. O governo fez o que, utilizando a sua base parlamentar e a sua maioria na Câmara? Impediu que essas duas funcionárias viessem depor na última segunda-feira. O governo, o tempo inteiro, quer esvaziar o funcionamento da CPI. Como sabe que nós não vamos parar, como sabe que nós não vamos ceder à pressão, o governo faz a interpelação judicial. Pois eu quero deixar claro que não adianta a interpelação judicial, porque a interpelação judicial não vai nos intimidar, e nós vamos seguir, sim, investigando. Uma das questões que a interpelação – só para anunciar – judicial nos pergunta, e eu evidentemente vou responder a essa interpelação no momento certo que o judiciário determinar, é sobre a tal reunião, Ver. Oliboni. A reunião com o procurador do Município, com o secretário da Governança, com o prefeito, com a secretária de Educação, com o Ver. Bobadra, que foi cassado, com o Ver. Melo Filho – filho do prefeito –, cuja agenda da reunião, uma reunião com essa participação, junto com o tal Jajá, que é esse lobista que participou de várias fraudes da Prefeitura de Porto Alegre na Secretaria de Educação... E a Comissão Parlamentar de Inquérito vai provar bem essas fraudes. O jornalismo investigativo já está provando essas fraudes, são essas fraudes que o governo quer abafar, e não vai abafar! Então, o prefeito Melo, pode ter certeza, um dos pedidos dele é que nós expliquemos o que nós estamos querendo dizer ao acusar o governo de fazer essa reunião. Sim, o que nós estamos dizendo, em primeiro lugar, é que essa reunião

não estava na agenda do prefeito, e uma reunião com essa importância teria que estar na agenda do prefeito. O que nós estamos dizendo é que tinha uma fotografia, que não era uma fotografia de registro público, no *site* da Prefeitura, e sim uma fotografia no Instagram, desse lobista. Então, nós, sim, vamos querer explicações das relações do governo com esse lobista, das relações de vereadores com esse lobista. Isso a CPI vai perguntar, vai seguir perguntando. E eu espero, com isso concluo, Presidente Hamilton, que o governo permita que a CPI funcione, porque se o prefeito Melo quer as respostas então ele tem que permitir que a investigação seja realizada. E esse tipo de interpelação, pode ter certeza, líder do governo, Cecchim, que pode avisar o prefeito Melo, não vai impedir que nós sigamos trabalhando. Muito obrigado!

RESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, como é difícil responder como um rábula, porque eu não sou advogado. O Ver. Robaina tenta insistentemente fazer uma defesa da Ver.^a Mari Pimentel, por quê? Ele diz que não foi escolhido o relator porque ele seria independente. Não, o senhor não é escolhido relator pela sua incompetência na outra CPI; o senhor foi incompetente, não conseguiu terminar a CPI. Então, ninguém mais acreditaria num relatório seu, assim como ninguém acredita no que o senhor diz aqui, quando (Expressão retirada por determinação do orador.), distorce a verdade, acusa e fica com medo de responder uma inquisição, chamo de inquisição, é uma interpelação judicial. Tem medo, sim, fica gritando porque tem medo, porque não trabalha com a verdade. Eu já disse aqui por outras vezes que o Ver. Robaina não tem compromisso com a verdade porque ele vive da (Expressão retirada por determinação do orador.), ele vive da acusação, ele vive de macular currículos imaculados, ele tenta, porque ele passa a régua dele nas outras régua. Mas, não, Ver. Robaina, o senhor fique com a sua régua, que é rasa, sorradeira e de má-fé, o senhor fique com essa régua. Nós não vamos entrar nisso, nós temos compromisso com a verdade. O prefeito Melo tem compromisso com a verdade, e o senhor não, o senhor levou de 3 a 0 no Judiciário. O senhor perdeu de 3 a 0 no Judiciário, e o senhor omite isso aqui. Quando o senhor é interpelado judicialmente, já começa a tremer. Já está tremendo de medo, porque é covarde, porque ataca as pessoas pelas costas. O senhor tem intimidade com o empresário para chamar de Jajá? Eu nem sabia o nome dele completo. O senhor já sabe o apelido. Deve ter intimidade. Agora, temos muitas fotos, nós temos muitas fotos de reunião do prefeito...

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor não seria recebido, porque o senhor fala só (Expressão retirada por determinação do orador.), e nós só trabalhamos com quem fala a verdade. Todas as suas palavras aqui são (Expressão

retirada por determinação do orador.), as de hoje. Todas! Podem copiar. A CPI vai funcionar, só não querem o senhor. O senhor está recalcado, está dolorido, porque foi massacrado pela sua (Expressão retirada por determinação do orador.). O senhor não tem coragem, porque é (Expressão retirada por determinação do orador.), no que diz aqui. Na sua vida pessoal, eu não me meto e não dou opinião, mas aqui o senhor é (Expressão retirada por determinação do orador.). Então, nós não vamos mais seguir com esse assunto, não. O senhor faça a pergunta na CPI quando for o seu momento e o senhor terá o momento. Na CPI que está funcionando regularmente, todos têm o direito de falar, inclusive os inquiridos foram votados, informados e convidados para virem aqui. Se não vierem como convidados, serão convocados. Os seus convocados não podem vir porque tem que fazer nova eleição, e, se tiver nova eleição e for necessário para que venham aqui e falem a verdade, serão convidados, serão convocados. Amanhã, eu vou tomar o cuidado de trazer uma Bíblia, para fazer solenemente esse juramento, para fazer solenemente. O senhor pode ter certeza que, se o senhor botar a mão na Bíblia, ela pega fogo, porque o senhor (Expressão retirada por determinação do orador.). Nem o juramento o senhor acerta. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, vou propor ao Ver. Cecchim que traga a Bíblia e traga um alguidar também para o pessoal botar a mão em cima, vamos dar um banho de arruda em todo mundo.

Quero dizer que segunda-feira esta Câmara deu um exemplo, um exemplo que a gente aprende em casa, com o pai e com a mãe: quando a gente erra, consertar o erro – não é feio consertar o erro. Esta Casa, por maioria absoluta, com todos os seus membros, consertou um erro que nós tínhamos feito. Então eu quero aqui, de pronto, dizer que esta Casa mostrou a sua maturidade; mas, principalmente, mostrou que, quando a Casa se une – e isso seguido a gente fala aqui –, ela consegue avançar. Quero dizer que o Ver. Robaina é uma pessoa que eu conheço há muito tempo, antes de nós estarmos aqui na Câmara, e o Ver. Robaina tem sido um aguerrido na questão da CPI; mas, Ver. Robaina, não foi cumprido o Regimento da Casa, foi cumprido um parecer do procurador da Casa, o procurador que fez toda essa lambança – eu tenho falado isso aqui. Foi a Procuradoria que disse que poderia ter duas CPIs, foi a Procuradoria que induziu a Presidente Mari ao erro dizendo que ela poderia nomear o relator, algo que nunca aconteceu na história desta Casa, nomear um relator ou um vice que não fosse eleito. Então foi a Procuradoria que causou todo esse imbróglcio que nós estamos debatendo aqui já há um bom tempo.

Quero dizer a V. Exa. que o prefeito Melo não interpelou o senhor judicialmente em função da CPI; o prefeito Melo interpelou o senhor judicialmente porque aqui neste púlpito, nesta tribuna – em que nós temos imunidade, mas não podemos também atingir a honra de ninguém –, V. Exa. disse que o prefeito era corrupto, que tinha

corrupção dentro da Prefeitura, dentro do gabinete do prefeito. Foram as notas taquigráficas desta Casa, do momento em que o senhor usou a tribuna, que foram usadas para interpelar o senhor judicialmente, exigindo que o senhor comprove que o prefeito é corrupto, que o prefeito sabia das corrupções que ocorrem na SMED. Isso foi o que aconteceu, tenho clareza disso. Eu tenho participado de todas as reuniões da CPI e nunca me foi pedida qualquer intervenção; apesar de alguns líderes pedirem que eu saísse, eu continuei na CPI, fiz um encaminhamento – e estou batendo nessa tecla – para nós unificarmos as duas CPIs, preservando o direito constitucional das minorias. Eu acho que temos que ter as duas CPIs unificadas; e eu acho que, representando as minorias, por ter sido a primeira proponente, a pessoa que trouxe isso à tona, a Ver.^a Mari Pimentel tem que ser a Presidente, e nós, os membros da CPI – se lá eu estiver, não sei como é que fica isso – elegermos o relator e o vice-presidente. Essa é uma proposta clara que esta Casa mostrou na segunda-feira, que na política se resolve muitas coisas. Eu acho que há um interesse, um consenso dos líderes desta Casa, há um consenso dos vereadores desta Casa de que nós temos que dar um basta a esta interpretação da Procuradoria de que pode ter duas CPIs nesta Casa, a essa interpretação da Procuradoria de que cabe ao Presidente indicar o relator. Então não foi algo impensado da Ver.^a Mari, em momento nenhum ela quis ser mais realista que o rei, quis rasgar o Regimento, ela cumpriu o parecer do Procurador da Casa; assim como não foi nenhuma culpa do Presidente Hamilton ter duas CPIs, ele cumpriu o que o Procurador disse para ele, que não teria óbice nenhum de ter duas CPIs, e nós estamos vendo que existe o óbice político, o óbice de funcionar as duas CPIs nesta Casa. Então nós fizemos um apelo a todos líderes de bancada, aos 36 membros desta Casa, pois é o momento de nós unificarmos. Todos nós queremos investigar a questão da SMED, há um consenso nesta Casa de que nós temos que ver realmente o que aconteceu na SMED, então não tem por que nós não unificarmos, e assim todos nós vamos poder participar da CPI conforme a gente vem participando das duas. Então acho que é importante a Câmara de Vereadores dar esse grande passo e unificar as CPIs nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem): Presidente Hamilton, eu queria fazer uma questão de ordem pelo seguinte: o tema abordado pelo Ver. Janta no que diz respeito à relatoria é um tema político, e um tema político é um tema de debate, há interpretações diferentes, mas é um tema político, e portanto, se debate na política. As minhas intervenções na tribuna são intervenções políticas, eu sei que muito duras, as minhas palavras não são para poupar, mas são palavras verdadeiras; podem ser duras, podem agredir de uma certa forma, algumas pessoas podem se sentir agredidas, mas elas são verdadeiras. Já o líder do governo subiu na tribuna e me acusou de mentiroso, então eu quero fazer uma questão de ordem, porque é lógico que eu não aceito que o líder do governo venha à tribuna, me acuse de mentiroso e não faça nenhuma demonstração das tais mentiras, porque isso é injúria. E eu, como vereador que luto pela verdade, não posso aceitar que o líder do governo venha mentir, tentando atacar minha honra. Então, o líder do governo ou retira, porque eu não tenho nenhum problema com a interpelação

judicial do prefeito Melo, quero deixar muito registrado. Acho que o prefeito Melo... A gente considera que, se deve levar as coisas para a justiça, que se leve. Eu tenho uma interpretação política de que é uma tentativa de intimidar o trabalho da CPI, mas não me intimida. Não me intimida, nenhum problema. Agora, o líder do governo não vai manter o que ele disse me chamando de mentiroso sem demonstrar, sem provar, e ficar por isso mesmo! Ah, não vai, porque eu, diante da interpelação judicial do prefeito, vou mostrar tudo que tenho e vou seguir exigindo desta Câmara que permita o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pela Mari Pimentel – não a presidida pelo Idenir Cecchim, que é uma comissão chapa-branca –, para que fique claro exatamente o que ocorreu na Secretaria da Educação. Então, eu quero registrar para que o Presidente seja consciente do tipo de atrito que nós estamos entrando aqui nesta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. Feito o registro.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Só quero corroborar com o Ver. Cláudio Janta, que, no meu parecer sobre o recurso feito sobre o relator de CPIs, e que foi votado aqui pelo grande plenário, eu fiz o pedido para que se torne um precedente legislativo, para que a gente não tenha mais essas questões de dúvidas. Então, eu acho que esse precedente legislativo, após a votação, diretor legislativo, pode ser encaminhado, que o relator das CPIs será eleito. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, Ver^a Comandante Nádia.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente Hamilton; público que nos acompanha aqui, na TVCâmara. Também amanheci surpresa com a notícia hoje divulgada pela imprensa, na qual o prefeito e o vice-prefeito estão acionando judicialmente... Perguntas que, na verdade... Eu pergunto para a Prefeitura, porque essas perguntas não nos foram respondidas por eles, e perguntas de um vídeo, e não aqui, Ver. Idenir Cecchim, de uma fala ou a Mari acusando alguém, como você trouxe aqui na tribuna, mas perguntas que estão no vídeo; perguntas que trazem um enredo, que trazem informações que estão em todos processos internos da Prefeitura. Dados que são públicos, fatos e não interpretações, não briga política de A mais B, mas fatos para elucidar os vereadores, para elucidar a população. E eu acredito que nós demos um grande passo na segunda-feira rumo ao diálogo, rumo à Câmara de Vereadores entender que ela tem que se apropriar das investigações, rumo à Câmara de Vereadores entender que compete a cada um de nós, independente do partido político, saber o que aconteceu na Secretaria de Educação. E esse passo foi dado segunda-feira, abrindo espaço para o diálogo, e espero que esse passo continue por nós, vereadores, mas

me parece que o prefeito não fez esse passo ao acionar judicialmente um *post* que traz dados e fatos, não traz contexto político, não é sobre direita ou esquerda, é sobre algo que aconteceu na Secretaria de Educação. Inconformidades essas já colocadas na auditoria da Prefeitura, que por sinal, todos nós vereadores, a imprensa, os órgãos de fiscalização queremos ter acesso, mas já sabemos que mostra irregularidades. Agora me estranha ver essa interpelação do prefeito à minha pessoa, sendo que diferente do Ver. Roberto Robaina, em nenhum momento eu ataquei o prefeito. Eu apenas coloquei nas minhas redes sociais um vídeo que mostrava o que aconteceu com os contratos da Inca, da Sudu e da Astral dentro da Secretaria de Educação, apenas isso, dados e fatos. Então, presentes vereadores, eu acredito que nós demos um passo, vereadores de todos os campos políticos vêm até a mim perguntar, e eu sempre estou disposta a trazer os dados e explicar o que aconteceu. É assim que nós, como Casa Legislativa, damos um passo rumo à democracia, rumo ao que nós precisamos fazer como vereadores, independente de ala política. Por isso eu continuarei, independentemente de ser acionada na justiça, trazendo transparência para vocês que são meus colegas, para população, para imprensa e para os órgãos de fiscalização, e cada um de nós, de acordo com a sua competência irá atuar. Mas eu acredito que perde Porto Alegre quando a gente vem com os ânimos acirrados em cima da polarização, em cima dos ataques que nada acrescentam para o dia a dia da nossa capital. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, eu me inscrevi em liderança para manifestar e dividir com os nobres pares uma preocupação em que corroboro com o Ver. Conselheiro Marcelo sobre as eleições do Conselho Tutelar da nossa cidade. A partir de amanhã estará aberto o processo eleitoral de um mês, as eleições se darão no dia 1º de outubro para um mandato de quatro anos. O conselheiro tutelar tem o dever, tem o papel de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e, ao zelar por esse Estatuto, ele tem o papel fundamental da proteção e da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ora, nesta Casa já ouvi vários discursos aqui do quanto primam pelos direitos das crianças e dos adolescentes, me chama atenção e eu quero dividir com vocês de que o Conselho Tutelar hoje se surpreende com uma comissão eleitoral que promove esta eleição e que proíbe, por exemplo, que o próprio candidato faça campanha; proíbe que qualquer um de nós possa estar ao lado de um candidato. Se um de nós aparecer ao lado de um candidato ou de uma candidata ao Conselho Tutelar, essa candidatura poderá ser impugnada. O que é isso? Aí eles dizem que as pessoas podem votar, todo cidadão que tenha título de eleitor poderá votar. Mas como ele sabe em quem ele pode votar? Onde ele vai votar? Ah, ele acessa um QR Code. Vocês sabiam? Através de um QR Code, ou seja, nós sabemos que a população, a grande maioria, quando tem acesso à internet, quando consegue comprar um pacote de dados, ela tem WhatsApp, as redes sociais, mas, raramente, tem acesso aos

sites, e o QR Code te leva a um *site*. Mas eu – vereadora –, Presidente Sossmeier, acredite se quiser, mas, tanto eu como o senhor, nós não podemos estar divulgando, nós não podemos apoiar nenhuma candidatura. Oi? Estamos vivendo em qual democracia mesmo, Ver. Ramiro?

(Aparte antirregimental do Ver. Ramiro Rosário.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Pelo jeito, o Ver. Ramiro apoia esse tipo de edital. Oi? Pelo jeito, apoia. Não! Não pode o candidato ao conselho fazer proposta nenhuma e divulgar. Ele não pode. Ele está proibido de fazer isso. Ele só pode dizer o nome e o número dele e ponto. Tu podes votar em cinco candidaturas, mas, eu não posso divulgar quem são os cinco candidatos daquela região, nem o candidato pode dizer que tem cinco colegas lá que estão concorrendo. Não pode, ou seja, não pode nada, né? Não pode levar colinha. Quem for votar não pode ser pego com colinha dos seus cinco números. Tu tens que levar o material de um, de outro, de outro, cinco. Ei, vamos lá, vamos defender o meio ambiente, né? Cinco pedaços de papel com o número, porque tu não podes levar um único, porque isso pode caracterizar colinha. E colinha é proibido. Portanto, eu venho aqui manifestar essa preocupação de uma eleição extremamente importante de conselheiros tutelares, que vão ser eleitos dia 1º de outubro, que vão ter mandato durante quatro anos, mas que estão proibidos de avisar a população de que vai ter eleição, de que eles podem votar, onde eles podem votar, qual candidato e o que defendem. E nós, vereadores e vereadoras, estamos proibidos de divulgar ou sequer sermos vistos juntos, fotografados, estar no material impresso ou numa rede social, e há vereadora ou vereador que concordam com esta manifestação antidemocrática, ditatorial. Eu, portanto, manifesto aqui esta preocupação e esta vergonha de uma comissão eleitoral que está com os pés nas nuvens e a cabeça em nuvens muito escuras. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos, eu queria começar aqui dizendo que eu concordo com o que a Ver.^a Abigail disse que, para mim são completamente injustificáveis as novas regras do edital da eleição do Conselheiro Tutelar. A maioria das pessoas não sabe como se faz para votar, a maioria das pessoas não sabe que se vota em cinco candidatos por microrregião, e as pessoas estão proibidas de acessar maiores informações, porque os candidatos não podem fazer a campanha livre que sempre fizeram. Então parece que houve uma reunião, hoje pela manhã, mas o meu gabinete está empenhado também junto com o Conselheiro Marcelo de tentar trazer luz para esse tema porque a questão do edital e das definições desse novo grupo que está por trás da licitação do edital são extremamente esquisitas. Parece que é de propósito para que as pessoas não saibam como votar. Mas não é esse o assunto que me traz aqui hoje. Primeiro eu queria dizer que a mim não causa surpresa o desaparecimento das imagens

das câmeras do dia 08 de janeiro, porque é evidente, claro a todos que acompanham com seriedade a CPMI do dia 08 de janeiro, que há mais para se esconder do que para se revelar, e, se essas imagens viessem a público, a narrativa caía por água abaixo. Então, o ministro Dino... Chá de sumiço nas imagens, é brincadeira, não fizeram *backup*? Qualquer criança sabe que tem que fazer *backup* de materiais sensíveis, importantes e estratégicos. O Ministério da Justiça não sabe, a Polícia Federal não sabe? Não sabiam que tinha que ter *backup*? Essa é a coisa mais básica, para mim isso é um crime, descaradamente criminoso. Eu vou ler aqui para vocês porque a fonte não é a Ver.^a Fernanda Barth: “CNN de hoje apurou que os arquivos ficaram armazenados apenas 15 dias no sistema. A CPMI do Congresso pediu as imagens no mês passado, e as imagens da área interna do Ministério da Justiça não existem mais”. Não existem mais, gente! Prejudica frontalmente, até o último fio de cabelo dessa investigação, que, cada um de nós, gostaria de ver ser feita. “A reportagem conversou com integrantes do ministério e com investigadores e descobriu que as imagens do circuito de segurança ficam armazenadas por apenas 15 dias no sistema.” Só tinha duas câmeras. Aí eu troco para outra matéria. A outra matéria, da Record, diz o seguinte: “As imagens da câmera de segurança foram liberadas para abrir espaço de armazenamento.” Isso não pode ser sério, gente, nós estamos falando de um fato crucial, que originou uma série de narrativas, que ocasionou a prisão política de várias pessoas inocentes e de algumas nem tanto, num evento recheado de infiltrados, e as câmeras mostrariam a verdade. Agora nós ficamos sem ter como saber. Eu acho que prejudica a investigação do ministro Alexandre de Moraes, que não poderá contar com as imagens, inclusive, no amparo da própria acusação que parte do Supremo Tribunal Federal. Eu gostaria de saber como é que vai ficar uma investigação cujas imagens foram apagadas, para abrir espaço de armazenamento. Mesmo com a seriedade dos fatos políticos que nós vivenciamos naquele janeiro, não houve a seriedade para se fazer um *backup* básico.

Quero concluir, Presidente, falando rapidamente sobre outro assunto, a LDO que veio para esta Casa. Os vereadores querem debater e querem botar os olhos em cima. Eu já deixo aqui registrado um pedido encarecido para que os colegas vereadores tenham a sensibilidade para que a gente coloque emenda na LDO, recurso para o Programa de Aquisição de Alimentos na área rural de Porto Alegre, para fortalecer os produtores rurais, para ajudar os produtores que ainda resistem na região. E para que as escolas, as creches municipais e tantas outras organizações sociais possam contar com alimentos saudáveis produzidos na área rural de Porto Alegre. Nós precisamos garantir recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos do ano que vem, no mínimo, o que se fez o ano passado, que foram R\$ 350 mil, acho pouco. Acho que nós deveríamos destinar R\$ 500 mil para o Programa de Aquisição de Alimentos; os produtores contam conosco e esperam o apoio desta Casa na colocação de emenda na LDO deste ano. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde vereadores; boa tarde Presidente, público que nos assiste. Primeiro, quero agradecer pela sua participação, Presidente, que, para nós, foi muito importante, na manhã de hoje, numa reunião onde estavam o CMDCA, os candidatos, a coordenação-geral do Conselho Tutelar. E é um tema que vem sendo debatido muito aqui, nesta Casa, desde o início da minha presidência na CEDECONDH, com os demais colegas, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Alvoní Medina, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Pedro Ruas, agora também com o vice-presidente, ontem empossado, o Ver. Cláudio Conceição. Então, pela forma como estão colocando as eleições no edital, isso nos deixou muito incomodados, acendeu uma luz para que nós pudéssemos perceber o quanto está sendo equivocada esse edital. Há 11 eleições que vem sendo realizadas na cidade de Porto Alegre, e essas eleições sempre tiveram uma lisura, sempre foram eleições muito claras, muito justas, enfim. E agora, em toque de caixa, essa comissão eleitoral, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA, colocou vários artigos ali no edital, onde coloca muitas dificuldades na eleição deste pleito. Então só para vocês entenderem: na eleição passada, do total de votantes, 40% dos votos foram nulos e brancos. Por quê? Porque, infelizmente, a comunidade que usa o conselho, a comunidade que participa deste pleito é uma comunidade carente, é uma comunidade que, muitas vezes, não tem acesso às redes sociais, não tem acesso aos materiais de divulgação, que também infelizmente não é divulgada. Não é divulgada essa eleição da forma que teria que ser. Então já há essa dificuldade, e para a nossa surpresa agora, no edital diz que nós, vereadores, ou qualquer um que detém cargo público não pode expor e não pode botar nas redes sociais que a gente apoia, enfim. Nós não podemos usar a máquina pública, é incontestável, nós não podemos usar a Câmara, enfim, ou qualquer poder político, ou usar da máquina para a eleição, tranquilo, isso é tranquilo, mas nós não poderemos externar, nós não poderemos dizer quem são os candidatos, quem são os nossos candidatos, isso é inadmissível.

Outra coisa que eu deixei clara na reunião hoje pela manhã: o Ministério Público está agindo conforme o conselho municipal, no caso a comissão eleitoral que fez o edital, porque ele não tem que se meter. O Ministério Público, nesse sentido, apenas vai fiscalizar o que está posto pelo edital, e nesse edital, Ver.^a Biga e demais vereadores que estiveram presentes, Ver.^a Cláudia também, isso dificulta muito a eleição do Conselho Tutelar deste ano, principalmente porque muitas coisas mudaram. A eleição começa a partir de amanhã e a maioria dos candidatos está sofrendo uma pressão e também não sabe o que realmente vai ser feito, o que realmente vai ser autorizado para poder ir para gráfica, porque a eleição começa a partir de amanhã, são 30 dias, então vocês imaginem o terrorismo que esses candidatos estão passando. Nós nos reunimos hoje pela manhã com o CMDCA, eles ficaram de fazer uma nova reunião para ver se conseguem fazer essas mudanças nesses pontos que esta Casa, hoje, nesta reunião, deixou claro para eles. A questão do voto, aqui em Porto Alegre, é diferente, em Porto Alegre pode-se votar em até em cinco candidatos, não existe chapa, mas tu tens que dar a opção e deixar claro para a população da cidade de Porto Alegre que ela tem até cinco candidatos para poder votar. A Ver.^a Biga colocou corretamente: imagina levar cinco santinhos no dia! O pessoal já

tem uma dificuldade de assimilar, muitas vezes, esta grande quantidade de números, porque são muitos números, então também foi colocado que se quer mudanças nessa forma. Até nós brincamos ontem na reunião da CEDECONDH, que foi muito importante, que, daqui a pouco, essa será uma eleição que tu não vais poder nem falar, nem se expressar. Deixo aqui o meu agradecimento, Presidente e demais vereadores, eu deixei claro também para a comissão eleitoral, e ontem até eles colocaram que: “...Não, porque é a vontade dos candidatos, é a vontade do pessoal ali, dos advogados que estavam representando ali os candidatos.” E eu coloco que não é a vontade somente dos candidatos, e, sim, da população da cidade de Porto Alegre sendo representada por esta Casa, por todos os vereadores, porque não é uma questão partidária, isso está mexendo com o nosso direito, desde a esquerda até a direita. É uma coisa inconstitucional. Então, o prazo é hoje, e eles vão nos dar essa resposta. Peço a esta Casa que já fique preparada, porque conforme forem as respostas que eles derem, nós vamos ter que agir, sim. Porque isso fere principalmente o nosso desejo e o nosso direito, conforme artigo federal, de nós demonstrarmos em quem nós nos interessamos em votar. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu peço que vocês olhem para o telão, pois nós vamos mostrar como é que o governo Melo opera. Eles estão com medo que nós mostremos como este governo opera a cidade. Mas agora vocês vão ver aqui a forma real de operação. Nós vamos mostrar um vídeo do que aconteceu na nossa cidade. Peço que vocês olhem para o telão.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isto é uma ambulância do SAMU, e isso aconteceu na nossa cidade, esta ambulância pegou fogo no bairro Nonoai; isso foi nesta semana. Sabem por que ela pegou fogo? Porque a empresa que presta o serviço para a Prefeitura – é por isso que sai nas páginas dos jornais –, a empresa ganha R\$ 5 milhões para esse tipo de manutenção. A ambulância, na madrugada anterior ao incêndio, estava fora de operação, porque tinha problema, o condutor enviou. E aí, misteriosamente, alguém liberou essa ambulância para ir para rua. Felizmente, o condutor e o socorrista saíram da ambulância, ninguém morreu, e não tinha paciente. Deu perda total – cerca de R\$ 1 milhão. Aí eu pergunto: a empresa vai ser autuada, a empresa que faz a manutenção? Ver. Bosco, o senhor, que é um vereador experiente aqui na Casa, já está aqui há alguns mandatos, acha justo cada ambulância custar, por ano, R\$ 184 mil de manutenção? Eu pergunto para vocês: algum veículo de vocês custa R\$ 184 mil de manutenção por ano?! Não custa. Se custar tanto, tem que abandonar e comprar outras. Onde há fumaça há fogo, e nós já entregamos para o Ministério Público de Contas para que se investigue o governo Melo sobre este contrato nas ambulâncias. Porque se era para fazer manutenção e não foi

feita, o que aconteceu? Fica a pergunta. Perdemos R\$ 1 milhão, a empresa levou R\$ 5 milhões, e custa R\$ 184 mil por cada ambulância. Eu quero saber quem é o dono da empresa, quem é o gestor do contrato e o que o secretário de saúde sabe sobre isso.

E, por último, eu quero só dizer aqui, me dirigir ao governo Melo, que está com medo da CPI, o Melo tem medo da CPI, gente, essa é a realidade, por quê? Porque ele tira o relator, ele não deixa chamar as secretárias. Eu quero que venham aqui as secretárias responderem, porque as coisas na cidade não funcionam. Aqui o exemplo do transporte, ele tirou cobrador, e ontem aconteceu isso com o ônibus, atingiu uma van escolar. É o abandono total, porque a EPTC não fiscaliza mais as empresas, não se faz mais manutenção nos veículos, essa é a realidade, acidentes, vidas em risco

Isso aí vai ter que ser explicado, viu? Vai ter que ser explicado, porque o Melo mandou mais de 100 milhões para as empresas, e as escolas continuam abandonadas. A secretária Janaina recebeu um dossiê meu; a secretária Sônia recebeu um dossiê de obras, e ninguém fez as obras nas escolas. Foram lá comprar do Jajá, porque a secretária Sônia assumiu e, uma semana depois, estava reunida com o Jajá. Esse é o medo de trazer o Jajá para depor na CPI real, que é a CPI presidida pela Mari, não a CPI presidida pelo líder do governo. Líder do governo não vai investigar, ele faz parte do governo. Não existe isso no planeta Terra. Então, o Cecchim tinha que responder para nós, como é que ele faz essa equação hermenêutica, que o líder do governo investiga o governo e vem aqui e não quer investigação em cima das escolas que, em 10 delas, gente, pasmem, têm problema em caixa d'água. Em janeiro deste ano, Cecchim, porque o governo é relaxado, as pessoas tomaram água podre na escola Loureiro, tinha bicho morto e tinha um urubu morando em cima da caixa d'água. Saiu nos jornais, as pessoas tiveram doença, em janeiro, na escola, porque vocês não fizeram as obras. Vocês foram lá e compraram tecnologia, e o que é mais misterioso e que tem que explicar, a Sônia tem que vir aqui explicar. Ela chegou e, uma semana depois, assinou o contrato com o Jajá, e ela, na sua gestão, assinou 11 contratos. Eu quero saber onde estão os R\$ 110 milhões. Essa é a pergunta que vocês têm que responder. No momento em que vocês responderem, não precisa nem CPI! Não precisa CPI. Mas vocês não querem responder. Por que as escolas estão abandonadas? Por que as escolas não têm obra? Por que não tem professor nas escolas até hoje? Vocês priorizaram chegar e conversar com empresário e comprar um monte de parafernália que as escolas não pediram. E eu digo de novo: eu não sou contra, Cecchim, a tecnologia, em nenhum momento eu falei contra. Agora, eu sou contra a inversão de deixar faltar professor, não fazer as obras e comprar tecnologia primeiro. Erraram! E vão ter que explicar! Tem que explicar, sim! Esse negócio de vocês irem fazer esses discursos na CPI, aquele embolamento que vocês fazem para não ter depoimento, isso tem que parar! É uma vergonha isso. Vocês são um pessoal de cabelo branco, vocês têm que ter consciência, tenham consciência, porque as crianças estão sem professores, as crianças estão sem obra nas escolas. É só isso que eu peço: tenham consciência, tenham consciência pela educação de Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h27min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 29 de agosto de 2023.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver.^a Comandante Nádia, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 032/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLE nº 020/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 020/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 062/22.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Claudio Janta e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLL nº 187/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 187/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Tem que verificar o som do Luiz Afonso, a gente não consegue ouvir o que está sendo apregoado, o que está sendo falado, o que está sendo decidido.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Concordo.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, este grupo de vereadores, que é a maioria da Casa, temos certeza que V. Exa. se soma a nós, vimos todos juntos, todas as bancadas, todos os partidos de oposição e situação, fazer um requerimento a Vossa Excelência: que sejam arquivados todos os projetos que tramitam na Casa de autoria do Ver. Alexandre Bobadra. Se alguém achar que é bom o projeto,

retire do arquivamento e traga a plenário, mas nós queremos que todos eles sejam arquivados.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Mais de 200 efemérides de nomes de ruas e iniciativas de datas comemorativas que nós, a grande maioria, consideramos sem o menor fundamento.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, registro que é toda a Casa, oposição, situação, independentes, todos os vereadores fazem o mesmo pedido, de direita, esquerda, independentes, centro.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Diante da aprovação não unânime, por parte do Ver. Jessé, eu determino que a Diretoria Legislativa tome as providências com relação a esse requerimento.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Presidente, gostaria de um aparte rápido só para informar. O CMDCA mandou... (Problemas na conexão.) ...primeiro porque essa matéria já é conhecida desde 31 de março, Edital nº 001/23; depois porque existe resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, e também um manual de orientações nacional do processo eleitoral, o qual corrobora tudo o que está nos editais. Assim, a Carol, enquanto presidente do CMDCA, vai... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereador, vou interpelar um pouco. Talvez o vereador esteja com outro microfone ligado, nós não estamos conseguindo ouvi-lo. Se puder encaminhar o documento para algum vereador que esteja em plenário, no caso o Ver. Alvoni Medina, aí eles podem ler aqui.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Maravilha, estou fazendo então, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, obrigado. Nós estamos com eco no microfone da presidência também.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, como nós estamos aqui tentando harmonizar a Casa, solicito a retirada das seguintes expressões: onde eu falei (Expressão retirada por determinação do orador.) e (Expressão retirada por determinação do orador.), eu quero que se mude para “faltou com a verdade”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Alvoní Medina, como é um assunto de urgência a questão do Conselho Tutelar, peço que assim que o Ver. Conselheiro Marcelo lhe mandar o requerimento que ele recebeu do CMDCA, V. Exa., no microfone de apartes, possa ler para os vereadores, por favor. Eu pedi para ele encaminhar para o senhor, porque nós não estamos conseguindo entender o que ele está falando, e praticamente agora, dia 1º, começa a eleição para o Conselho Tutelar.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Já encaminhei para o Ver. Medina.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. Eu quero agradecer a todos vereadores, bancadas, líderes, que segunda-feira tivemos o entendimento de fazer a revogação; e também à Ver.^a Karen Santos, que cedeu o seu projeto e entendeu de suprimir parágrafos que eram conflitantes, e a Casa pôde resolver essa questão, que foi muito ruim para nós.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0620/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/23, que altera o § 3º, inclui o inc. XII no *caput* e revoga o § 4º no art. 3º da Lei nº 5.994, de 25 de novembro de 1987, que cria o fundo municipal para restauração, reforma, manutenção e animação do Mercado Público de Porto Alegre. (SEI 118.00458/2023-37)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relatora-Geral Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLCE nº 013/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLCE nº 013/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Vereador Pablo Melo (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 174/23 na priorização de votação da presente sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pablo Melo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 250/22 seja a terceira matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0923/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 549/23, de autoria da Mesa Diretora, que cria 1 (uma) função gratificada de Assessor de Planejamento de Contratações no Quadro de Funções Gratificadas, altera o caput e inclui inc. VIII no § 1º do art. 50-I, todos na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores; altera o § 4º do art. 1º, o § 3º do art. 2º, o art. 4º, o caput do art. 5º e o art. 8º; e revoga os incs. I e II do § 4º do art. 1º, todos da Resolução nº 2.193, de 24 de agosto de 2010. **(SEI 014.00028/2023-38)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relator-Geral Ver. Airto Ferronato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA –, art. 82, § 1º, III, da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 30-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 549/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0500/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 250/22, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que inclui parágrafo único no art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de março de 2012, excetuando da proibição de cobrança o banheiro localizado em espaço público no Município de Porto Alegre que tenha sido desestatizado mediante consórcio, convênio, concessão, parceria público-privada ou qualquer outro instrumento ou forma de avença similar com o Poder Público. **(SEI 197.00670/2022-44)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato;
- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 250/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 250/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, o som não está bom e a gente está com uma certa dificuldade de entender o que se fala na Mesa. Qual é o projeto que está se votando.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): É o projeto do Ver. Ramiro Rosário.

(O Sr. Luiz Afonso de Melo Peres procede à leitura da ementa do projeto.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Claudio Janta e Airto Ferronato, o PLL nº 250/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Como é uma questão de interesse de todos os vereadores da Casa, da cidade, a questão das eleições do Conselho Tutelar, eu pedi ao Ver. Alvoní Medina para ler o documento que chegou do CMDCA, porque o Ver. Conselheiro Marcelo, quando foi ler, a conexão estava muito ruim, e é do interesse de todos os vereadores. Eu pedi que ele lesse aqui para que todos acompanhem – e ponham depois no grupo de vereadores –, mas é importante que leia, para ficar registrada a manifestação da Casa.

Vereador Alvoní Medina (REP): Presidente Hamilton, boa tarde a todos. Conforme informação recebida no dia de hoje, o plenário do CMDCA não autorizou a alteração às normas da eleição do Conselho Tutelar. Primeiro, porque essa matéria já era conhecida desde 31 de março, pelo edital nº 01/2023; depois, porque existe uma resolução do Conanda em um manual de orientações nacional do processo eleitoral, o qual corrobora tudo o que já está nos editais. Assim, o presidente do CMDCA vai officiar à Câmara Municipal sobre essa decisão. Era essa informação, Sr. Presidente. Quer dizer, é o cúmulo do absurdo que nós não podemos manifestar em qual a pessoa nós queremos votar. Isso é uma vergonha.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Alvoní Medina.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu acho que houve um equívoco, nós estamos tratando de um outro projeto aqui; foi bom o Ver. Medina ter lido este do Conselho Tutelar, mas eu acho que não é esse, Sr. Diretor Legislativo.

PRESIDENTE HAMILTON SOLSSMEIER (PTB): Não, vereador, é só uma informação que chegou há pouco, um documento que o Ver. Conselheiro Marcelo tentou nos explicar *online* e não deu certo. Eu pedi para o vereador a explicação.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Está bem, obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O projeto que está sendo apreciado é o de nº 3, da priorização, que é o PLE nº 018/23.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0696/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/23, que altera as descrições analíticas dos cargos de provimento efetivo de Arquiteto, Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Cirurgião-Dentista, Enfermeiro, Engenheiro, Farmacêutico, Físico, Fisioterapeuta, Médico Clínico Geral, Médico Especialista, Médico Veterinário, Nutricionista, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Enfermagem, Técnico de Segurança do Trabalho, e Terapeuta Ocupacional, constantes no Anexo I, letra “b” – Especificação de Classes, da Lei nº 6309, de 1988; e inclui o art. 87-A à Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988. (SEI 118.00481/2023-21)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLE nº 018/23. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na realidade esse projeto é uma valorização ao servidor público, dando a eles também, na descrição das suas atribuições, o poder de fiscalização. Nós temos biólogos, e todas essas profissões que têm no escopo das suas atribuições, tudo o que eles podem fazer. E nós estamos estendendo também para que eles possam fazer a fiscalização, como bons servidores que certamente são.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 018/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas trabalhadoras e trabalhadores de Porto Alegre, este projeto que está em discussão traz imbuído um debate que a gente precisa fazer na capital. Qual é o tipo de valorização que se faz ao servidor, à servidora pública? Realmente, eles ganham pelo aquilo que eles fazem? Eu diria a vocês que hoje nós temos uma quantidade enorme de atribuições mas nós não temos a retribuição pecuniária adequada e um desses, eu quero dizer, é a Guarda Municipal. Hoje a Guarda Municipal trabalha mas não recebe pelo que faz, porque faz trabalho até de fiscalização, mas o dinheiro não chega, final do mês o contracheque está curtinho. Então o meu questionamento aqui ao governo é mais e mais atribuições e o dinheiro cadê, o dinheiro para pagar pelo trabalho feito. Esse é o questionamento ao governo Melo. Eu acho que o projeto traz adequações que, com certeza, são importantes, mas eu não posso deixar de inquirir, de questionar, porque nós queremos, cada vez mais, que o serviço público preste

à população com qualidade, mas na hora de conceder o que é justo, o prefeito deu apenas cinco e pouco parcelado aos trabalhadores. E aí os secretários ganharam 40% de aumento, pergunto: qual é a diferença do secretário para o médico, do secretário para o dentista, do secretário para o enfermeiro, para o biólogo, para o assistente social? Eu pergunto para sociedade porto-alegrense se o secretário vai lá no posto dar vacina para proteger da Covid; não está no HPS que estava faltando médicos, líder Cecchim, nesse final de semana. O presidente do Simers fez um vídeo na frente do HPS, estavam faltando médicos porque o governo não faz concurso e também o salário está 25% abaixo. O governo deve 25% dos salários dos servidores, todos da Prefeitura, é evidente que as pessoas não querem mais fazer concurso porque foi pauperizando. Então nós precisamos ter um salário justo para as funções que exercem. A função pública é sagrada, é importante, não adianta, eu vejo muita gente dizer assim: “A iniciativa privada! Iniciativa privada!” Não existe nenhum empreendimento na cidade se não tivesse a secretaria pública liberando, observando as leis com acuidade, se tudo no projeto está sendo implementado de fato. Então não existe privado sem público, mas o público a gente quer que os municipais e municipais trabalhem por uma miséria. Nós estamos perdendo cérebros, perdendo pessoas que têm muito conhecimento do serviço público na capital para outras prefeituras. Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia, Gravataí, Cachoeirinha estão servindo melhor a sua população, porque estão pagando melhor os seus funcionários. Então, o meu debate aqui é: mais atribuições, sem retribuição pecuniária adequada, na minha opinião, é errado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLCE nº 018/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0435/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 224/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui art. 2º-A na Lei nº 11.874, de 16 de julho de 2015, assegurando o uso do nome social em solenidades do Município de Porto Alegre sem a obrigatoriedade da apresentação de Carteira de Nome Social. **(SEI 210.00317/2022-11)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- adiada a discussão por uma Sessão em 21-06-23;
- adiada a discussão por uma Sessão em 26-06-23;
- adiada a discussão por uma Sessão em 05-07-23;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 224/22. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, pessoas que nos assistem. O projeto de lei do Ver. Jonas Reis pretende assegurar o uso do nome social em solenidades do Município de Porto Alegre, sem a obrigatoriedade da apresentação da carteira do nome social. confesso que esta questão me preocupa muito. Se é obrigatório, num evento, a apresentação da identificação, se é exigida a identificação dos presentes em um evento, por que excepcionalizar? Isso pode ser muito perigoso para quem faz a segurança do evento, e nós sabemos que em eventos de números expressivos de pessoas, se torna de risco, porque existem ali confusões, bebedeiras, brigas. Então eu não vejo, Ver. Jonas, uma boa ideia. O pedido de identificação de um cidadão em um evento público ou privado, nos tempos atuais, considerando a violência e as manifestações exageradas que assistimos todos os dias, através da imprensa e das redes sociais, é fundamental para garantir a segurança de todos. Nós temos as mais diferentes cidades das pessoas frequentando esses eventos, se o mesmo exige identificação dos presentes, ela precisa ser para todos. Não vejo por que excepcionalizar. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Jonas, peço que V. Exa. faça o requerimento.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 024/22, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Eu tenho uma emenda que resolve esse problema, mas espero que até segunda-feira todos leiam. Obrigado, Presidente.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 174/23 – (Proc. nº 0946/23 – Ver. Pablo Melo) – Requer a constituição da Frente Parlamentar pela Boa Convivência nos Bairros. (SEI 218.00056/2023-13)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 174/23. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Sr. Presidente. Nem vou utilizar todo o tempo, apenas quero parabenizar a iniciativa do Ver. Pablo, porque ontem mesmo eu recebi em nosso gabinete na colenda Câmara Municipal moradores reiterando reclamações, por exemplo, a respeito de barulho na Cidade Baixa. O vereador, inclusive, mostrou um vídeo que circula no grupo lá de moradores de um casal fazendo sexo no meio da rua, praticamente, na calçada, na frente de um prédio onde certamente as famílias queriam dormir em paz, mas havia ali um casal fazendo um ato que poderia ser feito em outro lugar. Quero parabenizar o Ver. Pablo pela iniciativa, que conta com todo o meu apoio. Quero estender, Ver. Pablo, o meu mandato para V. Exa. dispor da gente para trabalharmos nesse sentido. Há muitos problemas pipocando. Semana passada, houve esse problema no bairro Rio Branco, que foi mediado, mas que, certamente, voltará à tona. Tem a questão do som. Um morador que esteve comigo, por exemplo, tem a mãe de 90 anos, que mora no térreo do prédio que fica de frente para bares e coisa, cujo alvará permite até meia-noite apenas o som. Parabéns, Ver. Pablo, conte com este vereador para engrossarmos as fileiras pela pacificação e, ao mesmo tempo, por uma boa convivência na nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 174/23, como autor.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu encaminhei essa Frente Parlamentar pela Boa Convivência dos Bairros devido, Ver. Ferronato, fatos que têm acontecido em nossa cidade. Eu tenho recebido denúncias lá do bairro Rio Branco, desde abril deste ano, de distúrbio causado por milhares de pessoas que se aglomeram na frente de bares, de dois, três bares que estavam tendo problema lá. Eu fiz uma audiência pública na Câmara de Vereadores; fiz pedidos de providências; fiz reunião com moradores; reunião com empreendedores; tive uma reunião com a promotora Annelise Steigleder, do Ministério Público, Ver. Cecchim, e esses dois, três bares acabaram interditados pela Prefeitura Municipal. É óbvio que ninguém quer que algum estabelecimento seja naturalmente interditado na cidade, mas no bairro Rio Branco, por exemplo, foram expedidos 207 alvarás de funcionamento entre bares, lancherias e restaurantes, e apenas três tiveram problemas com a Prefeitura quanto à questão da poluição sonora. Ora, aqui há de se fazer uma justiça também, que quem tem trabalhado nessa pauta, mas do outro lado, é a Ver. Karen Santos – faz-se justiça. Enfim,

eu estou colocando essa frente parlamentar exatamente porque discuti com a promotora Annelise Steigleder que nós temos que evoluir numa legislação quanto à poluição sonora no nosso Município. Eu quero dizer para vocês que eu sou um vereador totalmente a favor da lei de liberdade econômica, mas a liberdade também vem, Ver.^a Mônica Leal, com responsabilidade, e é por isso que esta Câmara, que é o local dos grandes debates da cidade, tem que enfrentar essa situação, porque ela não é só no bairro Rio Branco, nós temos esse tipo de distúrbio, Ver. Tiago Albrecht, nos mais diversos pontos da cidade. Depois que eu toquei nesse problema, vieram pessoas dos mais diversos bairros, do Lami ao Sarandi, me reclamar exatamente o mesmo problema que tem no Rio Branco, tem em outros bairros da cidade. Essa frente parlamentar é para, de forma madura, enfrentarmos um problema real e discutirmos dentro da Câmara Municipal uma solução para um problema que não é só do Rio Branco, não é só da Cidade Baixa, também tem outros locais na cidade. Então, por isso, eu peço para que os meus pares possam apoiar a instalação dessa frente parlamentar, que fará um grande debate, junto com o Ministério Público, Prefeitura Municipal, moradores e empreendedores da capital, sobre esse tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 174/23.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e a todas, eu saúdo a instalação dessa frente por esta Casa, justamente para a gente tentar conseguir ter um espaço de mediação em relação a todos esses conflitos que estão acontecendo na cidade de Porto Alegre; não é especificamente no bairro Rio Branco, lá nós conseguimos ter uma atuação conjunta, mediada pelo Roberto Rocha, que é o procurador-geral do Município, onde chamamos os donos os empreendimentos e os moradores para construir uma mediação. Junto a isso, é importante salientar que os bares que foram interditados ilegalmente pela Prefeitura de Porto Alegre ganharam uma liminar na justiça para voltar o seu funcionamento, ou seja, o Município de Porto Alegre hoje tem mais de cinco regramentos distintos que se contrapõem e que fica muito difícil para a fiscalização, que hoje está cada vez mais submetida à pasta da Segurança Pública, conseguir efetivamente exercer o seu serviço. Tem várias irregularidades e ilegalidades que estão sendo cometidas pelo Município para além da reclamação dos moradores, que é legítima. É importante colocar também que no dia de ontem, dia de jogo no Beira-Rio, nós tivemos uma abordagem extremamente truculenta por parte da Brigada Militar no bar Dezenove Zero Nove. Então, Ver. Pablo Melo, é mais uma demanda: no bairro Rio Branco, na Cidade Baixa, na orla do Guaíba, na Praia de Belas. É muito importante que, primeiro, se limpe esse arcabouço legal hoje que se contrapõe em relação àquilo que é dever e aquilo que é direito dos empreendimentos, e que também haja uma iniciativa por parte da Prefeitura de ouvir o que os moradores têm a reivindicar em relação aos seus direitos e construir mediações plausíveis para essa situação de conflito, para essa situação de confronto. Truculência não vai resolver; truculência não resolve nem no Rio Branco, nem

na frente do Beira-Rio, nem na orla do Guaíba. São importantes medidas legais, medidas que respeitem a boa coletividade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 174/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton, colegas vereadores, eu não iria me manifestar. Ver. Pablo, porque a sua frente parlamentar é muito tranquila: trazer a paz, a boa convivência entre os bairros é algo que nós queremos, é algo que todos os vereadores querem. Tenho certeza de que o Ministério Público quer, que o Judiciário quer, que a Defensoria Pública quer. E o mais importante: os moradores querem essa boa convivência. Mas boa convivência perpassa, primeiro, por se ter a legalidade de todos os atos; perpassa pela a responsabilidade de cada um e também pela obrigatoriedade de cada um respeitar a normatização.

Quando eu vejo a vereadora do PSOL subir aqui e dizer, alto e bom som, que a Brigada Militar é truculenta, ou que a Guarda Municipal é truculenta, ela não falou sobre a Guarda, mas ao longo do tempo nós vemos, muitas vezes, falarem que a Brigada é truculenta, que a Guarda Municipal é truculenta, que se excedeu nas atividades, nas atitudes, eu quero dizer que por certo não conhece a Brigada Militar, por certo não conhece a Guarda Municipal que atua na consequência e não atua fazendo o confronto. A Brigada Militar não cria confronto, a Brigada Militar atua na consequência de um confronto que acontece no sentido de apaziguar os ânimos, para efetivamente trazer a ordem para aquela comunidade, para restaurar a tranquilidade naquela comunidade.

Agora, vejam os senhores, muitas e muitas vezes, a Brigada Militar é recebida com garrafada, com tijolada, com gritos daqueles que querem “o quanto pior melhor”, daqueles que não querem a ordem, daqueles que não cumprem o regramento dentro dos bairros. E, ao falar em regramento, nós falamos do quê? Que em Porto Alegre tem lugar para tudo, Ver. Pablo. Tem lugar para aqueles que querem se divertir, mas também tem o lugar para aqueles que moram e querem a tranquilidade; que o regramento vale pra todos e que não pode uma comunidade que tem ali local de moradores ser importunada por aqueles que não entram dentro dos bares, mas que fazem arruaça na rua, inclusive usando a rua como banheiro, a porta das casas dos moradores como banheiro, inclusive usando a rua como se fosse uma grande lixeira, deixando garrafas, latas de cerveja, abrindo seus carros e colocando o som alto a qualquer momento e a qualquer hora. Então, eu quero fazer parte dessa sua frente parlamentar como um membro, mas dizer para vereadora aqui: não fale mal da Brigada Militar, essa Brigada Militar atua na consequência daqueles que fazem arruaça, que querem receber a Brigada Militar ou a Guarda Municipal com garrafada, com gritos e com nada de obediência. Então, parabéns pela sua frente, votarei “sim”, e quero fazer parte desta, que vem dizer que há lugar e espaço para todos dentro dos limites da liberdade de cada um, que se encerra quando inicia a liberdade do outro. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 174/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores desta Casa, nós temos muitas frentes parlamentares. Esses dias, na reunião de líderes, ainda perguntávamos ao DL quantas são, ele disse que em torno de 80 frentes parlamentares nós temos nesta Casa – e frentes importantes eu acredito, importantes. Eu mesmo participo de umas duas ou três frentes parlamentares, que eu considero de extrema importância. E esta é uma frente parlamentar muito importante, uma frente parlamentar que nós vamos discutir, eu tenho debatido muito algumas coisas, não só na questão de bares e restaurantes, mas na questão até do convívio com os credos. A pessoa... quero dar por exemplo aqui na questão dos bares, um dos bares mais antigos em Porto Alegre, que tem samba quase todos os dias, só não tem samba no domingo, funciona até meia-noite, 1h da manhã, e não tem uma reclamação desse bar em função do convívio com as pessoas. Eu parto com um exemplo, Ver. Pablo, para essa frente visitar o Bar do Nito, que fica, nada mais, nada menos, que na Av. Cel. Lucas de Oliveira, quase esquina com a Rua 24 de Outubro. E ali convivem, muito bem, a zona boêmia, os frequentadores do Bar do Nito, ali convivem os moradores da avenida, uma avenida muito importante da nossa cidade, quase esquina com a Rua 24 de Outubro. E ali funciona, há quase 50 anos, o Bar do Nito, com excelente samba, as pessoas ficam lá até uma hora da manhã, uma e meia, não tem uma reclamação, não fica nada sujo. E, agora, as pessoas compram o seu apartamento numa zona residencial. Aí, lá, se instala um restaurante. Isso é maravilhoso! O pessoal vai lá com a sua família. Eu prestigio muito os restaurantes de onde eu moro, Ver. Idenir Cecchim, o senhor também faz isso. Os restaurantes da Av. Assis Brasil, da Av. do Forte, que a gente frequenta e, seguidamente, se encontra. É uma operação que nós temos para não precisar sair do nosso bairro e ir para outro bairro, mas são restaurantes.

Agora, imagina, do lado da sua casa, tocando um *funk*, um *rock*, uma MPB – para não dizer que eu estou discriminando algum gênero de música – até quatro, cinco horas da manhã. Isso ocorre, também, quando uma pessoa vai comprar uma casa e – isso eu tenho discutido muito, até no Ministério Público –, acha a casa bonita e não olha para a casa do vizinho, Ver. Pablo, e eu acho que isso o senhor tem que discutir, não são só os bares. Por isso eu estou dizendo, discutir tudo. Aí vai lá e compra a casa. Que casa linda, maravilhosa! Mas não olhou para a casa do vizinho. Chega lá na casa do vizinho, tem a casinha do bará e, de noite, tem um tamborzinho até meia-noite, mais ou menos. Aí vai lá reclamar do tambor, mas ele não viu a casinha vermelha na frente?

Então, quero alertar a população, quando for comprar uma casa e, do lado, tiver uma casinha vermelha, ou, na frente, tiver uma casinha vermelha, ali é um centro de religiões afro. Pode ser quimbanda, umbanda, candomblé, mas ali toca tambor, então, as pessoas reclamam, como eu, que moro em uma rua onde sou cercado, Ver. José Freitas, de igrejas. Então, domingo é um inferno. Sete e meia da manhã o padre... Mas eu sei onde eu fui morar. Eu sei! Seis horas, o vereador está me dizendo. É assim, tu vais lá,

mora ao lado de um templo da igreja evangélica e tu não sabes que vai ter uma pregação na igreja evangélica?

Então, essas questões eu acho que nós temos que discutir e acho muito importante essa frente para nós discutirmos essa questão de convivência, o que é bom para mim e não é bom na casa dos outros, eu acho que, provavelmente, eu não quero na minha casa. Se o alvará é de restaurante, e nós temos vários restaurantes no bairro Rio Branco que se estabeleceram, que estão concorrendo aos melhores restaurantes da cidade, uma série de coisas. Nós temos um exemplo de um outro bar, que é histórico na cidade de Porto Alegre, que tem mais de 50 anos, que é o Tuim, que fica no Centro de Porto Alegre, também não incomoda as pessoas, porque é um bar. As pessoas sentam, comem, conversam, batem papo e vão embora. Agora, quando tem música, quando tem um som, principalmente o mecânico, eu acho que esta Casa faz um grande papel à sociedade discutindo esse código de convivência, que eu dou a sugestão de abranger um pouco mais, trazendo para a discussão todas as questões que têm público para nós discutirmos isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Claudio Janta. A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n^o 174/23, pela oposição.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, boa tarde ao Presidente; falo aqui encaminhando também pela oposição. É muito importante esse contato de boa convivência entre os bares e os moradores. Eu queria inclusive encaminhar um pouco da fala da Ver.^a Comandante Nádia. A Karen subiu na tribuna e teve uma fala muito importante em relação às violências, não foi o que a Karen disse em relação à Brigada Militar em si, ela não estava atacando a Brigada Militar, mas ela sobe para trazer uma série de relatos que nós recebemos. Porque eu, enquanto vereadora suplente da Casa, também usuária dos bares da cidade de Porto Alegre, eu mesma já presenciei a violência de uma operação chamada Esforço Concentrado. Na minha leitura é muito importante que se tenha limites nas situações, é importante isso para a nossa sociedade, mas todo mundo tem deveres a cumprir, e o dever da Brigada Militar que se coloca na sociedade é o dever de servir e proteger a população. E os relatos que nós recebemos nessas operações, vereadora, são de truculência, não estamos falando que 24 horas por dia a Brigada Militar tem sua atuação de violência sobre a sociedade, mas em algumas operações, sim, nós recebemos relatos de truculência. Ontem, houve um jogo muito importante para o time Internacional, na cidade de Porto Alegre, e houve violência também, e a gente não pode se cegar pelas coisas que nós acreditamos e subir na tribuna e montar algo que está tudo perfeito, porque a segurança pública da nossa sociedade tem problemas graves, sim, e a gente tem acordo que devem ser modificados, com formações antirracistas, com formações de atendimento à população, para que se saiba atender o nosso povo.

Agora sobre a questão dos bares. Eu estava no lugar do Ver. Pedro Ruas, quando a gente recebeu o pessoal dos bares na Comissão de Direitos Humanos, e eles relataram também para nós os problemas que tinham. Além de eu presenciar a operação Esforço Concentrado, que eles explicaram para nós que é uma atuação em parceria até mesmo com a própria Polícia Civil, nós já presenciamos violência nos bares que frequentamos, porque nós somos jovens. O único que não entende que tem jovem na cidade de Porto Alegre é o prefeito Melo, porque é contra a felicidade, contra as liberdades na nossa cidade, porque onde tem os bares, tem sim pessoas que estão se divertindo, mas são oprimidas. E aí a gente tem relatos e nós presenciamos isso. Então, além de dizer que essa frente é importante, ela deve ser uma ferramenta para que a gente consiga tirar encaminhamentos de boa convivência entre os moradores, porque os moradores também precisam entender que tem bares e esses bares são importantes para nossa cidade, são importantes para a economia da nossa cidade. Fala-se muito em economia, mas quando nós falamos desses bares que são essenciais também para economia da nossa cidade, a gente presencia repressão. Na própria comissão que nós estávamos, Ver.^a Karen, nós ouvimos de vereadores que os bares que comprassem a medição do som para saber se estava alto ou não. E eu digo o seguinte, quem tem que ir lá verificar se o som estava acima do volume e comprovar que os bares estão errados são aqueles que batem na porta dos bares para fechar.

E é importante, já para encaminhar e finalizar, que a gente consiga usar essa frente como uma ferramenta, para conseguir traçar caminhos importantes para a nossa cidade de respeito à economia desses bares e também de combate à repressão, mas, claro, mostrando para os bares também que, tanto eles têm limites quanto a segurança pública, nenhum dos dois podem ultrapassar esses limites. Não adianta a gente subir na tribuna e atacar um dos lados, esse não é o nosso objetivo, não é o objetivo do PSOL. O objetivo do PSOL é que os bares sejam respeitados e que os trabalhadores que atuam na segurança pública também sejam respeitados. Muito obrigada.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Presidente Hamilton, um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Leotany Catarina Fraga, conhecida como Tânia, que faleceu dia 27. Ela é mãe do nosso ex-colega, Jorge Fraga, que trabalhou muito tempo na Casa, foi chefe de gabinete do Ver. Pujol. Ela tinha 97 anos, eu queria pedir essa homenagem.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ele está na Casa?

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): Sim, mas ele saiu, passou um pouquinho mal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 174/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate sobre a criação da frente parlamentar pelo bom convívio nos bairros, eu quero fazer um questionamento aqui: esse projeto implementado no Parque da Harmonia, que é de uma empresa privada, que vem de outro Estado, que vai ali, aluga parte de um parque público, como alugou, domingo passado, por R\$ 60 mil a pista de tijolo que eles fizeram no chão. Alugou a pista para uma empresa, por R\$ 60 mil, fez um *show*, mas ninguém da redondeza, do Centro Histórico, foi chamado pelo governo para debater a questão da sonoridade dessas *raves* que estão acontecendo aqui no Parque da Harmonia. Aqui temos vários bairros: Praia de Belas, Centro Histórico, Cidade Baixa, Menino Deus, inclusive o Ver. Cassiá ouviu, lá do bairro Teresópolis, outro dia, o som daqui do Harmonia; por isso, Ver. Pablo, vai ser muito importante a gente conversar com o governo sobre a privatização que ocorreu no Parque da Harmonia, que foi transformado num espaço particular. A outorga custou R\$ 201 mil, e num só *show* ganharam R\$ 60 mil para azucrinar o ouvido de todos os moradores da região, que se perguntam: o que é isso que está acontecendo? O que é isso? Eu digo: é o governo Melo. Quem paga, manda; é governo Melo. As pessoas me dizem: isso é governo Melo, é Sebastião Melo, é MDB, Ver. Pablo. Eu espero que o senhor nos ajude, Ver. Pablo, a encerrar de uma vez por todas com as bagunças que têm acontecido no Harmonia, por conta dessa incompetência e irresponsabilidade. O senhor sabe quantas casas geriátricas temos nessa região? Essa é a região da cidade que mais tem casas geriátricas! Sabia que os moradores dessas casas geriátricas já estão recebendo medicação a mais para poderem descansar e dormir, por causa das sonoridades que não são comunicadas oficialmente? O senhor sabia disso? Então esse debate vamos fazer nessa sua frente parlamentar, vai ter o meu voto. O senhor vai ter o meu voto favorável, mas eu quero debater o problema do Harmonia. O Harmonia é um problema hoje; ele era, sempre foi a solução da região central. Os tradicionalistas sempre vieram todos os anos, mais de 20 dias acampados, nunca fizeram algazarra, nunca houve, como eles estão agora ali, não houve, mas a empresa que comprou o Harmonia vai ali e aluga para quaisquer *shows*; aí isso tem a ver com convívio nos bairros, os bairros da região central. Aí nós vamos questionar por que três, quatro, cinco regiões têm problema, sim, de convívio, que é natural da sociedade. Existem conflitos de interesse, existem pessoas que vão, com certeza, para as ruas – é direito dessas pessoas irem para as ruas, é direito dessas pessoas confraternizarem, porque as ruas são públicas, ainda não foram privatizadas. Privatizado foi aqui o Parque da Harmonia: quem paga entra, quem não paga não vai ao *show*. Vocês acham justo um parque ter sido concedido da forma como foi, e não um debate, Ver. Pablo, com a sociedade sobre o barulho? Este Parque vai ser objeto de debate, nessa frente parlamentar. Nós vamos fazer questão de trazer aqui os representantes das casas geriátricas, porque são os que mais estão sofrendo. É um absurdo. É um absurdo não ter um controle, uma fiscalização, porque comprou uma

outorga, uma concessão, por sei lá quantos anos, mais de 20, e aí fazem o que querem com as nossas idosas e os nossos idosos. Não! Os idosos construíram Porto Alegre. Tudo que está aqui foi construído por eles, pelas gerações passadas. Nós temos que ter respeito. Então, eu quero que o governo comece a respeitar a sociedade como um todo. Não adianta vir aqui uma frente parlamentar para nós fazermos um recorte da cidade. Nós vamos debater a cidade, de cima a baixo, de leste a oeste, de norte a sul, e nós queremos, sim, preservar o direito de todas e de todos em debater qual convívio queremos, qual convívio merecemos. Nós não podemos nunca usar a força policial para oprimir. Da força policial, eu sou defensor dela, para proteger o cidadão, proteger direitos – e não o contrário –, e não o contrário. Inclusive, eu defendi hoje, aqui, o aumento de salário para a Guarda Municipal e não vi ninguém da direita defender, não vejo ninguém da direita defender a nossa Guarda Municipal abandonada. Só querem que eles vão para a rua. Então, nós vamos debater bastante na frente parlamentar, Presidente. Muito obrigado. Um abraço e vamos estar juntos nessa frente, Pablo. Conta comigo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu acho que a frente não precisaria nem existir. As discussões já aconteceram aqui.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, olha só. Vim aqui para a gente restabelecer a verdade. O líder do PT vem aqui fazer *fake news*, dizendo que o Harmonia foi privatizado – o que é uma falácia –, dizendo que o Harmonia foi vendido e que terá que se pagar para entrar dentro do Harmonia. Isso é uma falácia! É mentira! O Parque da Harmonia foi uma concessão, e todos que quiserem entrar não terão que pagar nada. Por isso, é importante que a gente restabeleça a verdade, porque o líder do PT gosta de estar aqui fazendo falas que não são verdadeiras. Solicito que o Ver. Jonas possa vir a esse microfone restabelecer a verdade, porque isso ele não está falando. Ele vai ter o direito, agora, de tirar a *fake news*. Obrigada.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 174/23, passar à discussão e votação do PLL nº 615/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 174/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1353/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 615/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que declara o Mercado Público como símbolo de humanização e solidariedade no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00169/2021-89)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relatora Ver^a Daiana Santos: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-06-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 615/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Presidente, como nós temos na lista um projeto que estamos discutindo ainda, sobre alterações no nosso Procon, eu peço a suspensão dos trabalhos do plenário por dois minutos para que possamos fazer alguns ajustes. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos, para que o Prof. Alex Fraga, juntamente com a sua bancada, possa fazer os ajustes.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h38min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h42min) Estão reabertos os trabalhos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0729/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 020/23, que altera o art. 4º, o § 2º do art. 6º, o inc. IV do art. 10 e inclui os §§ 7º, 8º e 9º no art. 10 da Lei Complementar nº 563, de 30 de janeiro de 2007; e inclui al. f no inc. VIII e revoga a al. e do inc. II do art. 4-A da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2007; altera o art.

1º da Lei nº 10.479, de 2 de julho de 2008 e o inc. III do art. 14 da Lei nº 11.400, de 27 de dezembro de 2012, transferindo o Serviço de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (PROCON/PMPA) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET) para estrutura da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTC). (SEI 118.00491/2023-67)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH. Relator-Geral Ver. Pablo Melo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLE nº 020/23.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Presidente Hamilton, requeiro a votação em destaque do art. 3º, que é justamente aquele que vai haver divergência para votação.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, é impossível, está ininteligível pelo Zoom, eu não consegui entender nada do que propôs o Ver. Alex Fraga. Então fica difícil até deliberar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ele pediu para que o art. 3º seja votado em destaque.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, está aqui no *chat* o registro dos vereadores Roberto Robaina, Tiago Albrecht, Ramiro Rosário que não estão conseguindo ouvir nada pelo Zoom.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Suspendo os trabalhos por dois minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h47min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h50min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sônia Vargas Cerpa, servidora da área da saúde, agente comunitária de saúde da Unidade de Saúde Santa Tereza, líder comunitária, grande lutadora e construtora do Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero chamar os líderes que estão de forma presencial, por favor. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Consultamos os vereadores e vereadoras que estão no *chat* se melhorou o som? Estão no Zoom, desculpe, se melhorou som. Podem responder pelo *chat*.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Melhorou. Agora, melhorou, Sr. Diretor Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Ver. Tiago. Os registros que nós temos, tirando o Ver. Ramiro, que diz que ainda está ruim, os demais estão informando que está bem, que melhorou o som, porque nós trocamos a faixa lá em cima. O Ver. Ramiro informa que está ouvindo. Podemos continuar, Presidente. Ver.^a Mari Pimentel também, Ver. Robaina, todos estão... Foi restabelecido o som.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Presidente Hamilton, gostaria de reiterar o requerimento para fazer a votação em destaque do art. 3º deste projeto.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Presidente Hamilton, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O projeto está em discussão...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ramiro está informando que não consegue ouvir. Consulto os outros vereadores se estão ouvindo ou se há problemas no som. (Pausa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Tiago, está ouvindo? (Pausa.) Os que estão pelo Zoom estão nos ouvindo? Em razão de problemas no som, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h55min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *